

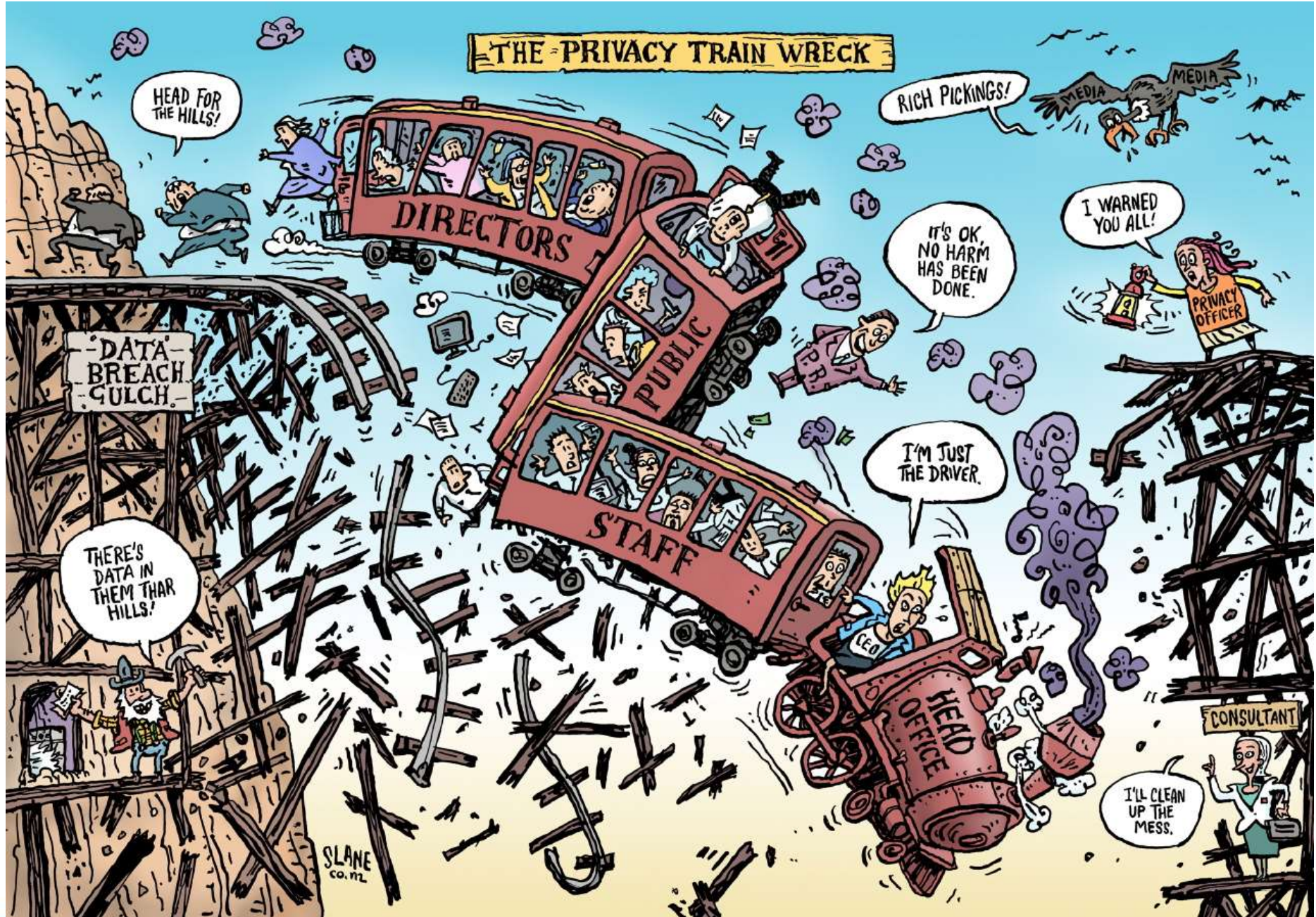
**LOCAL GOV 4.0** TALKS

O VALOR DO DIGITAL  
NA GESTÃO PÚBLICA LOCAL



# PRIVACY BY DESIGN

Beatriz Bagoín Guimarães – CIPP/E



**LOCAL GOV 4.0** TALKS

O VALOR DO DIGITAL  
NA GESTÃO PÚBLICA LOCAL

---

**Pré-GDPR**

---



# Contexto

- Não se trata de um conceito novo
- A *framework* base foi desenvolvida nos anos 90 e começou a ser generalizada em 2010
- Ann Cavoukian, Information and Privacy Commissioner em Ontario, Canadá definiu 7 princípios base



# Princípios base

## 1. Proactivo e não reactivo. Preventivo e não correctivo

O objectivo é sempre antecipar os eventos e os riscos antes que ocorram e evitar que sem venham a concretizar.

## 2. *Privacy by default*

Os dados devem estar automaticamente protegidos nos sistemas e nos processos sem necessidade de acção por parte dos indivíduos.



# Princípios base

## 3. *Privacy by design*

A privacidade é uma componente essencial do sistema sendo embebida nos processos de planeamento e desenvolvimento e acompanhando todas as etapas.

## 4. Funcionalidade global

O objectivo é equilibrar os legítimos interesses e objectivos com a privacidade de forma a atingir uma situação de “*win-win*”.



# Princípios base

## 5. Ciclo de vida completo

A privacidade faz parte do processo desde o início até ao fim do ciclo de vida da informação, assegurando a sua destruição de acordo com os prazos previstos.

## 6. Visibilidade e transparência

O objectivo é assegurar todos os *stakeholders* de que estão ser considerados todos os objectivos e premissas e que isso pode ser verificado de forma independente.



# Princípios base

## 7. Respeito pela privacidade do indivíduo

As funcionalidades são implementadas tendo sempre como prioridade a privacidade do indivíduo usando mecanismos de *privacy by default*, notificações e opções *user-friendly*.





# LOCAL GOV 4.0 TALKS

O VALOR DO DIGITAL  
NA GESTÃO PÚBLICA LOCAL

---

## GDPR

---



# GDPR

Para poder comprovar a conformidade com o presente regulamento, o responsável pelo tratamento deverá adotar orientações internas e aplicar medidas que respeitem, em especial, os **princípios da proteção de dados desde a concepção e da proteção de dados por defeito**. Tais medidas podem incluir a **minimização do tratamento de dados pessoais**, a **pseudonimização** de dados pessoais o mais cedo possível, a transparência no que toca às funções e ao tratamento de dados pessoais, a possibilidade de o titular dos dados controlar o tratamento de dados e a possibilidade de o responsável pelo tratamento criar e melhorar medidas de segurança. No contexto do desenvolvimento, concepção, seleção e utilização de aplicações, serviços e produtos que se baseiam no tratamento de dados pessoais ou recorrem a este tratamento para executarem as suas funções, **haverá que incentivar os fabricantes dos produtos, serviços e aplicações a ter em conta o direito à proteção de dados quando do seu desenvolvimento e concepção** e, no devido respeito pelas técnicas mais avançadas, a garantir que os responsáveis pelo tratamento e os subcontratantes estejam em condições de cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados. **Os princípios de proteção de dados desde a concepção e, por defeito, deverão também ser tomados em consideração no contexto dos contratos públicos.** (Considerando 78)

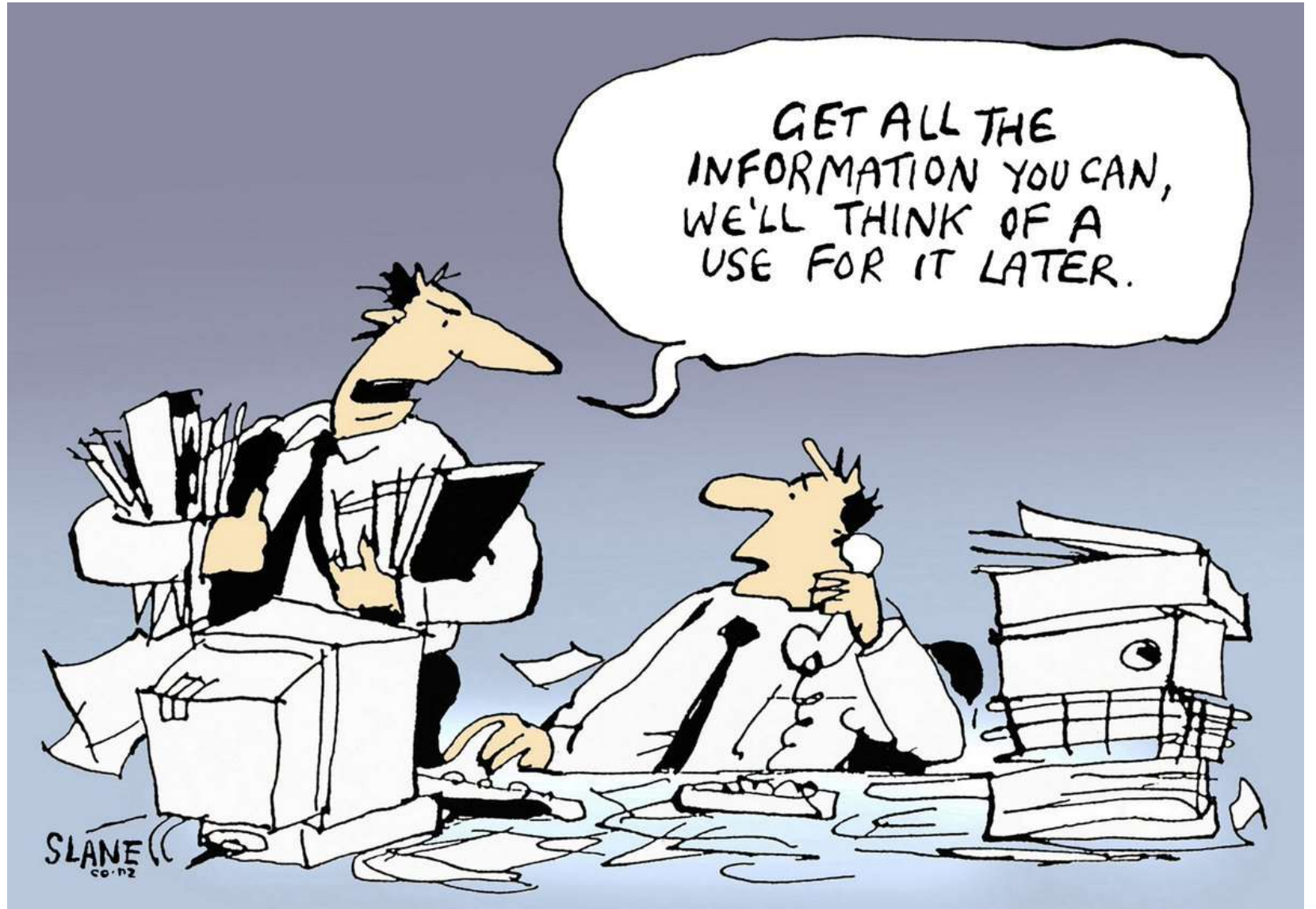


## Artigo 25º - Proteção de dados desde a concepção e por defeito

1. Tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos da sua aplicação, e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento dos dados, bem como os riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades das pessoas singulares, cuja probabilidade e gravidade podem ser variáveis, o responsável pelo tratamento aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as **medidas técnicas e organizativas adequadas, como a pseudonimização, destinadas a aplicar com eficácia os princípios da proteção de dados, tais como a minimização**, e a incluir as garantias necessárias no tratamento, de uma forma que este cumpra os requisitos do presente regulamento e proteja os direitos dos titulares dos dados.

2. O responsável pelo tratamento aplica medidas técnicas e organizativas **para assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados pessoais que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento**. Essa obrigação aplica-se a **quantidade** de dados pessoais recolhidos, a **extensão** do seu tratamento, ao seu **prazo de conservação** e a sua **acessibilidade**. Em especial, essas medidas asseguram que, por defeito, os dados pessoais **não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um numero indeterminado de pessoas singulares**.





# Privacy by design

- O ciclo de desenvolvimento de sistemas tem que incluir preocupações relativas à protecção dos dados e direitos dos titulares de dados **desde o início**
- Torna-se muito mais difícil assegurar estas salvaguardas em etapas posteriores
- Este conceito não se restringe apenas à concepção de produtos, mas deve **abranger também a concepção de procedimentos**
- Devem ser garantidos procedimentos de gestão de risco e avaliação de produto/procedimento que **mitigam esses riscos** durante o processo de desenvolvimento



# Privacy by design

- É necessário garantir que são recolhidos os dados exactamente **necessários e legítimos** em cada ocasião
- Devem ser tratados os dados apenas para o **propósito** inicial definido, **dentro do prazo** previsto e **regras de conservação**
- O **acesso** aos dados pessoais deve ser restringido de acordo com as **necessidades de perfil** de cada membro da equipa



# Medidas a implementar

- **Mapeamento e classificação e organização dos dados pessoais** de forma a garantir uma resposta eficiente às autoridades de controlo e titulares de dados
- Configuração dos sistemas para despoletarem automaticamente os **mecanismos de eliminação** de dados pessoais nos prazos previstos
- Desenho de formulários para recolher os **dados estritamente necessários**
- **Pseudonimização** dos dados quando tal for possível
- Configuração de mecanismo para **isolar e facilmente eliminar os dados de titulares** que não pretendam receber mensagens de marketing
- Estruturação de dados em **formatos interoperáveis** de forma a garantir os requisitos de portabilidade



# Documentos de apoio

Regulamento Geral de Protecção de Dados – Parlamento Europeu e Conselho

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=EN>

Privacy by Design in Law, Policy and Practice - Ann Cavoukian

<https://gpsbydesign.org/privacy-by-design-in-law-policy-and-practice-a-white-paper-for-regulators-decision-makers-and-policy-makers/>

Pseudonymisation techniques and best practices – ENISA

<https://www.enisa.europa.eu/publications/pseudonymisation-techniques-and-best-practices>

Anonymisation Techniques – WP29

[https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2014/wp216\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2014/wp216_en.pdf)





**LOCAL GOV 4.0** TALKS

O VALOR DO DIGITAL  
NA GESTÃO PÚBLICA LOCAL

# Obrigada

## Beatriz Bagoim Guimarães

[bguimaraes@quidgest.com](mailto:bguimaraes@quidgest.com)



**Quidgest**

APDSI

**CIO**

GESBANHA

**PH** INFORMATICA

saphety